

Processo nº 4.446/2022 – 1DOC

Pregão Eletrônico nº 07/2023 – Republicado

Objeto: Registro de Preços para eventual e futura aquisição de computadores, com o intuito de suprir as necessidades e garantir a eficácia e agilidade dos serviços prestados pela Prefeitura Municipal de Arapiraca.

Recorrente: PRINT SOLUÇÃO EM TECNOLOGIA LTDA.

Recorrida: FATOR X TECNOLOGIA DIGITAL LTDA.

ANÁLISE TÉCNICA – ITEM 01 (ESTAÇÃO DE TRABALHO ALL-IN-ONE)

No dia 02 de outubro de 2023, recebemos ofício da Pregoeira deste Município, Sra. Mara Mirelle Soares de Oliveira Valeriano, solicitando a análise de recurso impetrado pela empresa PRINT SOLUÇÃO EM TECNOLOGIA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 15.549.061/0001-80, contra a decisão de classificar a proposta da empresa FATOR X TECNOLOGIA DIGITAL LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 31.216.370/0001-94, no Pregão Eletrônico nº 07/2023 – Republicado, que tem por objeto o Registro de Preços para eventual e futura aquisição de computadores, com o intuito de suprir as necessidades e garantir a eficácia e agilidade dos serviços prestados pela Prefeitura Municipal de Arapiraca. Por se tratar de questões técnicas relacionadas à especificação do item 01 (Estação de Trabalho ALL-IN-ONE), passemos a análise dos fatos:

1. DO RECURSO IMPETRADO PELA EMPRESA PRINT SOLUÇÃO EM TECNOLOGIA LTDA

Em síntese, no que diz respeito às questões técnicas, a empresa PRINT SOLUÇÃO EM TECNOLOGIA LTDA alega que o computador apresentado pela empresa FATOR X TECNOLOGIA DIGITAL LTDA não atende a especificação exigida no Edital, visto que o computador deve possuir no mínimo 01 (uma) entrada HDMI e 01 (uma) saída HDMI, entretanto, o catálogo do fabricante detalha que o equipamento não possui entrada HDMI.

Argumenta que o datasheet apresentado pela Recorrida não foi localizado pela Recorrente no site do fabricante do computador e que o documento se contradiz, além de não possuir criptografia ou assinatura do fabricante.

Pontua que o Edital especifica a necessidade de compatibilidade dos computadores com os sistemas operacionais Windows e Linux, no entanto, não localizou o equipamento ofertado pela Recorrida na lista de dispositivos compatíveis com Windows 11, bem como não conseguiu verificar se o equipamento possui alguma compatibilidade com alguma versão Linux.

Por fim, solicita que a proposta da Recorrida seja desclassificada por infringir diversos itens do Edital e que o certame seja retomado a fase de julgamento das propostas para análise das propostas subsequentes.

2. DAS CONTRARRAZÕES APRESENTADAS PELA EMPRESA FATOR X TECNOLOGIA DIGITAL LTDA

Em síntese, no que diz respeito às questões técnicas, a empresa FATOR X TECNOLOGIA DIGITAL LTDA defende que o catálogo anexado no Sistema Comprasnet

menção de forma clara que o equipamento possui duas entradas HDMI (in e out).

Informa que é revenda autorizada pelo fabricante dos computadores e que apresentou nos documentos habilitatórios carta de solidariedade emitida pelo fabricante, significando que ambos se comprometem com a compatibilidade dos produtos, de acordo com as exigências do Edital.

Diz que o equipamento ofertado possui compatibilidade com o sistema operacional Windows, podendo ser conferida online no site da Microsoft, por meio do link: <https://partner.microsoft.com/en-us/dashboard/hardware/search/cpl>.

Ao final, requer que o recurso apresentado pela Recorrente seja julgado improcedente, mantendo-se a Recorrida classificada e habilitada do presente certame.

3. DO MÉRITO

A proposta ofertada pela Recorrida já foi objeto de análise por esta Coordenação de Tecnologia da Informação e, de fato, o catálogo apresentado pela Recorrida no Sistema Comprasnet informa que o produto possui 02 (duas) entradas HDMI (in e out), atendendo, portanto, ao solicitado no Termo de Referência.

As informações do datasheet apresentado pela Recorrida são de sua inteira responsabilidade, presumindo-se verdadeiras, sob pena de responsabilização. Além disso, foi apresentada nos documentos de habilitação uma carta de solidariedade entre a Recorrida e o fabricante de computadores, informando que a Recorrida detém poderes de negociação em nome do fabricante.

Ainda sobre o datasheet, apesar de a Recorrente alegar que ele se contradiz em diversos pontos do documento, esses pontos não foram explicitados, impossibilitando uma análise mais aprofundada por este departamento.

O ponto mais sensível de análise é sobre a compatibilidade dos computadores com os sistemas operacionais Windows e Linux. Essa compatibilidade é prevista na especificação do item, estabelecendo que: “Todos os dispositivos de hardware, deverão ser compatíveis com os sistemas operacionais Linux, Windows”.

Apesar dessa exigência, o Termo de Referência não estabeleceu como deveria ser comprovada essa compatibilidade, gerando vários questionamentos antes, durante e depois da sessão pública do pregão em comento.

A resposta ao pedido de esclarecimento nº 06 tratou sobre o assunto, informando que a comprovação de compatibilidade dos equipamentos ofertados, por meio de links oficiais, seria aceita por este departamento avaliador como critério de aceite. Como se pode notar, a resposta diz que essa forma de comprovação seria aceita, mas em nenhum momento falou-se que seria a única forma de comprovação.

Além disso, como é de conhecimento amplo, o Linux é um sistema operacional de código aberto, que pode ser livremente modificado e distribuído, o que, a princípio, inviabilizaria uma certificação emitida pelo fabricante do software, diante do grande número de distribuidores do referido sistema.



Por tudo isso, sem uma definição em Edital de qual distribuição seria considerada, a comprovação de compatibilidade do Linux com os equipamentos ofertados por meio de links oficiais restaria prejudicada, haja vista o grande número de distribuições Linux existente, abrindo margem para se questionar qual das distribuições seria a oficial.

Foi por essa ausência de critério da forma de comprovação de compatibilidade entre os dispositivos de hardware e os sistemas operacionais Windows e Linux que alguns licitantes interpretaram as disposições editalícias a sua maneira, surgindo diversas vertentes sobre o modo correto de comprovar a compatibilidade em comento, motivando a apresentação do presente recurso e de mais 02 (dois).

Não se pode perder de vista que o edital é a lei interna da licitação, vinculando aos seus termos, tanto os licitantes, quanto a Administração Pública responsável pela expedição do mesmo. Essa vinculação é princípio básico de toda licitação, sendo inconcebível que o órgão público fixe as regras e modos de participação dos licitantes e no transcorrer do procedimento licitatório ou em seu julgamento se afaste do estabelecido em edital, ou admita proposta ou documentação em desacordo com as regras estabelecidas.

Ocorre que aos nos depararmos com 03 (três) recursos tratando praticamente sobre o mesmo tema, chegamos ao entendimento, salvo melhor juízo, que a ausência de critério objetivo no Termo de Referência, da forma de comprovação de compatibilidade entre os equipamentos ofertados e os sistemas operacionais Windows e Linux, prejudicou o julgamento objetivo das propostas.

Sob essa evidência, faz-se necessário que o Termo de Referência estabeleça de forma clara os meios de comprovação dessa compatibilidade, visando assegurar a escolha da proposta mais vantajosa para a Administração Pública e possibilitando o julgamento objetivo das propostas.

Mediante o ora exposto, necessário destacar que a Administração Pública tem o dever-poder de rever seus atos, quando estes se apresentarem, respectivamente, ilegais ou contrários à conveniência ou à oportunidade administrativa, devendo estar aliada ao atendimento do interesse público e revestidos dos princípios da impessoalidade, moralidade e probidade administrativa, dentre outros que, obrigatoriamente, deverão ser cumpridos por seus agentes públicos.

A Administração pública cabe, em decorrência das circunstâncias e peculiaridades do interesse público, avaliar criteriosamente e posicionar-se, de forma isonômica, e com ou sem provocação, pode revogar ou anular o ato administrativo, sem que isso constitua em ato de ilegalidade ou abuso de poder.

Assim assentou o STF no enunciado da Súmula 473:

Administração Pública - Anulação ou Revogação dos Seus Próprios Atos: A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

Portanto, revendo seus próprios atos, revogando-se ou anulando-se esses atos administrativos que, mesmo depois de praticados, se tornam lesivos aos interesses da

Administração Municipal, se resguarda o interesse público.

Afinal, esse poder de rever seus atos é de fundamental importância para a licitude e transparência desses atos. Ademais, além da imparcialidade, o julgamento tem de ser formulado à luz do interesse público.

4. DA CONCLUSÃO

Em face do explanado, considerando a falta de critério objetivo estabelecido em Edital para se determinar a forma correta para se comprovar a compatibilidade dos dispositivos de hardware ofertados com os sistemas operacionais Windows e Linux, sugerimos, salvo melhor juízo, a REVOGAÇÃO do procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico nº 07/2023 – Republicado, Processo Administrativo nº 4.446/2022 – 1DOC, que tem por objeto o Registro de Preços para eventual e futura aquisição de computadores, com o intuito de suprir as necessidades e garantir a eficácia e agilidade dos serviços prestados pela Prefeitura Municipal de Arapiraca.

Arapiraca – AL, 04 de outubro de 2023.



Róniclecio Firmino da Silva
Coordenador de Tecnologia da Informação